

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Data      /      /       
Cod. 00000055

## NOSSA TERRA

### Considerações sobre a ampliação da Reserva Indígena Duque de Caxias.

Em 1926 a Reserva Indígena Duque de Caxias foi criada por decreto governamental, com uma área de 20.000 hectares, no então município de Ibirama (atualmente José Boiteux). Um dos objetivos desta era demarcar e legalizar um local seguro para os índios Xokleng, cujo processo de pacificação havia iniciado em 1914. Estes índios viviam primitivamente na região compreendida entre o que é hoje Curitiba e Porto Alegre. A criação da reserva ou Posto Indígena colocou fim na matança de mais de um século, patrocinada por governo e companhias colonizadoras. Os colonos europeus recém chegados tinham muitas dificuldades para lidar com os índios. Quando Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, conhecido como Eduardo Bugreiro, chegou para pacificar os índios, cessaram as hostilidades entre colonos e índios, uma vez que estes passaram a residir confinados nos limites da Reserva.

*"A principal tarefa a que se propôs Eduardo era integrar os Xokleng na sociedade regional de tal forma que pudessem assimilar os elementos culturais da civilização que lhes fossem úteis. Para tanto, ele se propôs controlar o contato dos índios com os regionais, tanto para evitar a transmissão de doenças, como também para que a integração se desse gradualmente"* (Silvio Coelho dos Santos em **ÍNDIOS E BRANCOS NO SUL DO BRASIL**)

Assim as comunidades do entorno da Reserva Indígena, continuaram a crescer e desenvolver suas atividades agrícolas, comerciais e industriais com foco principal na exploração da madeira. Colonos e índios passaram a viver harmoniosamente, cada um dentro dos seus limites. Os colonos respeitando os limites da Reserva Indígena e vice-versa.

Em 1962 a S.P.I. (Secretaria de Proteção ao Índio), lideranças indígenas e o governo federal, concluíram que o número de índios não havia evoluído conforme previsto. Fizeram então uma acordo para subtrair 6.000 hectares da Reserva e loteá-los. Assim, com a garantia do governo federal, 360 famílias vieram comprar seus lotes na região da Barra da Prata e Rio Denecke. Hoje Barra da Prata é distrito de Vitor Meireles, possui escolas, igrejas e uma comunidade com fortes raízes. Todos os que ali residem sabem que anteriormente esta terra era da Reserva Indígena, porém lhes é claro que não roubaram, não invadiram, não tomaram; apenas compraram e pagaram ao governo. Todos possuem títulos com registro em cartório patrocinados pelo governo. Note-se que nas demais comunidades incluídas no novo limite, a situação é diversa pois não está inclusa neste acordo de 1962.

Em 1976, o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), inicia a construção da Barragem Norte, uma das três construídas para contenção das cheias nos Vale do Itajaí e principalmente Blumenau. Com a construção desta barragem de contenção 831 hectares da Reserva são inundados esporadicamente. O DNOS por entender que as terras indígenas pertencem a União, inicia a construção desta sem qualquer discussão com a comunidade indígena. Só anos mais tarde o governo iniciou o processo de indenização, por ação impetrada pela OAB-SC. Estes fatos, aliados inundação ocorrida já em 1978, em função do entulhamento das enseadeiras, (túneis para desvio do rio), dividiu e desestabilizou a comunidade indígena provocando alterações sociais profundas em seus habitantes.

**"Essa inundação fez com que, pela primeira vez, a comunidade percebesse toda a extensão de seu drama, provocado por essa obra de engenharia. A reação que seguiu revestiu-se de características de pânico e de desorientação quanto às ações e medidas a serem tomadas." "Primeiramente, a própria FUNAI omite-se escandalosamente ao longo de todo o processo de negociação decorrentes da construção da barragem..." "...Esta obscura sistemática dos interesses dos tutelados, gerou na mente dos moradores da Reserva uma profunda desconfiança de toda e qualquer medida que proviesse da FUNAI..." (Sálvio A. Muller em OPRESSÃO E DEPREDÇÃO)**

Assim uma nova comunidade surgiu dentro da Reserva com a formação da Aldeia do Bugio, em função da divisão provocada pelo alagamento da barragem.

**"Em 1979, pressionados de um lado pela inundação de terras e casas..... e, de outro lado, pelo incitamento de pessoas pertencentes aos quadros da 4ª Delegacia da FUNAI em Curitiba, aproximadamente quatorze famílias lideradas pelo então cacique Espridião, mudaram-se para o Bugio, no extremo noroeste do território da Reserva, na divisa dos municípios de Ibirama e Itaipópolis" (Sálvio A. Muller em OPRESSÃO E DE PREDÇÃO)**

Também a partir desta época inicia-se a retirada irracional da madeira da reserva, então a última reserva florestal intacta da Mata Atlântica da região. Foi a verdadeira farra da madeira. Os índios recebiam preços aviltantes pela madeira de sua reserva. Em poucos anos a madeira, outrora rica e abundante acabou assim como o dinheiro fácil também

**"O que torna trágica a história do Posto Indígena de Ibirama no tocante ao extrativismo, é o grau de extorsão a que são submetidos os membros da comunidade indígena pelas articulações profundamente assimétricas a que se acham submetidos pelo sistema interétnico ali criado. Muitas famílias e indivíduos, proprietários de empresas regionais de beneficiamento de madeira enriquecem com essas atividades extrativistas, bem como empresas maiores, de expressão nacional, nem mesmo sediadas na região" (Silvio Coelho dos Santos em ÍNDIOS E BRANCOS NO SUL DO BRASIL)**

Em 1987 inicia-se novo estudo para ampliação Reserva Indígena Duque de Caxias, ou Terra Indígena de Ibirama. Antes mesmos da conclusão dos relatórios, os índios iniciam a invasão de áreas adjacentes a reserva para extração de pinus reflorestado por madeiras da região. Tal fato contém registrar continua ocorrendo até o presente momento.

Em 1999 também em função deste relatório os índios invadem as casas de moradores da localidade de Bom Sucesso, alegando serem de sua propriedade, matando os animais (um colono alega a morte e consumo de dez cabeças de gado). Chegam inclusive a baleiar uma pessoa que recusou-se a sair de sua própria casa. Este fato durou cerca de quatro meses podendo os moradores voltarem aos seus lares só no final de 1999.

## O RELATÓRIO PARA AMPLIAÇÃO DA RESERVA

Atualmente a reserva conta com 1.500 habitantes, 236 famílias, com uma média de 9,6 ha. por pessoa. A agricultura ali desenvolvida é primitiva no sistema de queimadas (roça e coivara). A produção de alimentos é insípida e ineficiente sendo insuficiente para alimentar o grupo. Muitos arrendam terras para moradores do entorno.

137 - Arquivo  
- AISA

A sugestão do GRUPO DE TRABALHO nomeado pela FUNAI é de ampliar os limites da Reserva dos atuais 14.628 hectares para 37.000 hectares.

Tal ampliação não traria maiores problemas se no entorno só existissem florestas ou terras devolutas. Porém existem comunidades bem desenvolvidas com alta produção agrícola e raízes firmes. Aproximadamente 490 famílias deixarão de produzir e possuir terra ocasionando um problema social profundo e não justificável.

Percebesse ainda que o relatório inclui duas reservas biológicas de suma importância. Parte da Reserva Biológica Estadual do Sassafrás e a totalidade da A.R.I.E. (área de relevante interesse ecológico) da Serra da Abelha, esta a maior área de transição entre a Mata Atlântica e a Floresta de Araucária do mundo. Coincidentemente os limites propostos terminam exatamente com a inclusão desta reserva. Já na reserva Biológica do Sassafrás, em Bom Sucesso inclui uma parte da reserva, a sede e o acesso da Reserva Biológica.

Também o relatório acusa os colonos de invasão gradativa das terras que seriam Reserva e expulsão dos índios para o interior da atual Reserva. Tal fato é inverídico uma vez que nenhum morador com mais de setenta anos confirmou tal história. Os limites sempre foram claros assim como os respeito aos mesmos. Na região de Bom Sucesso já existiam escrituras de terras e livros contábeis datados de 1911, portanto anteriores a criação da Reserva em 1926.

***"Meu pai já negociava em Bom Sucesso em 1911. Da estrada para lá era dele. Ganhou do vovô de herança as terras da estrada para lá. Meu pai nasceu em Campestre, mas criava gado em Bom sucesso antes de eu nascer. Tinham umas três mil cabeças lá. Wigando (Wigando Reichel) era meu tio. Fazia lavoura aqui embaixo. Os limite da terra dos índios era sempre claro, cada oito, dez anos era aberto. Primeiro era marco de madeira. A linha do Posto é Barra do Toldo. Em 1967 o engenheiro disse:... "é a última vez que abro a linha, porque esse é um serviço que vocês podem fazer e vocês não fazem de preguiça e o governo tem que mandar engenheiro volta e mela abrir a divisa. E continua " Vocês que são estudado Inxijam o mapa do Posto, o verdadeiro, não esse falsificado que andam mostrando por ai" (ALVINO DE SOUZA, 78 anos, nascido em Bom Sucesso, morador e proprietário de terras a 80 anos em Rio da Loba, área limítrofe a Reserva).***

Os acampamentos indígenas ocorridos na região, citados no relatório, referem-se a datas posteriores a criação da Reserva, quando os índios autorizados por Eduardo, faziam excursões em busca de pinhão na região de Bom Sucesso, Serra da Abelha e Moema. Como a Reserva situava-se distante eram comuns os acampamentos de índios nos pastos e Invernadas da região. Um anacronismo cria a impressão de que os índios acampavam ali por que ali viviam mesmo após a criação da Reserva.

O relatório menciona ainda divisas nunca abertas e confusas quando todos os entrevistados sabem claramente onde passam os rumos. Encontramos inclusive árvores marcadas, marcos de cimento que segundo moradores octagenários vieram substituir os antigos marcos de madeira. Todos os entrevistados foram enfáticos em afirmar que os limites da Reserva sempre estiveram dentro do município de Ibirama, nunca em Itaiópolis ou Doutor Pedrinho. Mapa de 1926 encontrados na prefeitura de Ibirama confirmam a veracidade desta afirmação. Declarações de moradores limítrofes a A.R.I.E. de Serra da Abelha passaram do:

***"...as terras do meu pai divisavam com as terras do governo" para "  
... as terras de meu pai divisavam com as terras dos índios".***

Cita ainda o relatório árvore de imbuva marcada no cume do tronco com corte, como marco dos limites das terras indígenas em Bom Sucesso. Esta árvore foi marcada na data em que a abertura da estrada Itaiópolis - Bom Sucesso passou por aquele ponto, (MAIO DE 1884). É claro que nesta data já haviam não índios (europeus) na região e os índios ainda viviam em seu estado natural, portanto sem conhecimento do calendário gregoriano.

***"A imbuva foi os que trabalharam no levantamento da estrada que botaram a data nela. Não sei se 8 ou 16 de maio. O ano é 1884" (Alvino de Souza)***

Nota-se ainda que o depoimento de muitas pessoas antigas com mais de 70 anos não foi levado em conta em detrimento de outra com menos de 40 que pouco sabe e muito fala, segundo moradores de Bom Sucesso.

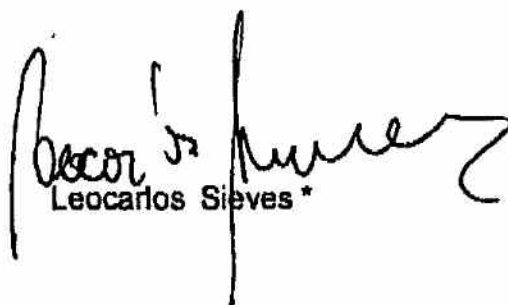
Os cemitérios indígenas citados, bem como os objetos líticos, existem em vários locais de Santa Catarina, como Moema, Atalanta, Taló, Urubici entre outros tantos. O Cemitério citado no relatório nunca recebeu qualquer tipo de atenção por parte do índios. Agora repentinamente passou a receber uma atenção incomum. Dentro da Reserva existem vários cemitérios, inclusive cemitérios nos moldes dos não índios. (cristãos). Os cemitérios dos não índios nas localidades pretendidas também tem um profundo valor sagrado e de veneração.

O relatório sugere que haverá impactos sociais mínimos para as comunidades do entorno e indica o deslocamento destas quase 500 famílias para assentamentos como se isso não fosse afetar a vida dos mesmos. Na verdade toma-se muito difícil deslocar alguém que já vive e trabalha muitas décadas no mesmo pedaço de chão para um assentamento.

Os impactos sociais nas várias comunidades englobadas no novo perímetro, não foram objeto de análise do G.T. da FUNAI. Comunidades como a Serra da Abelha, de etnia alemã, sequer foram ouvidas. Como pode de uma hora para outra uma comunidade sumir apenas de um dos lados da estrada? (Caso da Serra da Abelha). Quais outras vantagens teriam os índios com esta ampliação da reserva senão a exploração da madeira?

***\* Quem está fazendo isso é essas firma grande porque daí eles ganham essas madeira, os índios dão por quase nada essa madeira." (Alvino de Souza)***

Quais seriam os prejuízos para a humanidade com a redução dramática destas áreas florestais? Quantos alimentos deixariam de ser produzidos nestas terras? Quanto desemprego e êxodo ocorrerá com a dispersão destas famílias? Afinal o decreto de 1926 previa 20.000 hectares, por que só agora 74 anos depois ampliar para 37.000 hectares?

  
Leocarlos Sieves \*

**\* Cientista Social**, formado nas áreas de antropologia, sociologia, história e geografia de Santa Catarina, pela Universidade Regional de Blumenau. Nasceu no interior do então município de Ibirama e possui amplo conhecimento das áreas atingidas pelos novos limites propostos, bem como da cultura das comunidades envolvidas. Durante dez dias percorreu comunidades do entorno e da Reserva, procurando marcos, divisas, documentos, registrando fatos, fotos e gravando sete horas do depoimentos, com pessoas idosas e idôneas das mais diversas comunidades e etnias.

Blumenau, 27 de janeiro 2000.